
ATA DA 15ª REUNIÃO DA CTINS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PIRAPONEMA

1 Ao vigésimo segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze
2 horas, por meio da plataforma de videoconferência Zoom pela UR:
3 <https://us02web.zoom.us/j/86495654499>, e disponibilizada pela plataforma Youtube acesso ao
4 link: <https://youtube.com/live/ulzNlXSfq0A?feature=share>, foi realizada a 15ª Reunião da CTINS
5 do Comitê de Bacia Hidrográfica Piraponema, diante da presença da Coordenadora com a
6 função de relatora a Sra. Marta Luzia de Souza – Universidade Estadual de Maringá; a sra.
7 Maria de los Angeles Perez Lizama - Unicesumar; o sr. Alexandre Martin Martinez –
8 Vancouros, o sr. Silvio Silvestre Barczysz – Unicesumar, a sra. Cláudia Telles Benatti, a sra.
9 Rosa Volpato, Lucineide A. Maranhão, Monique Schneider, Adriele Trindade, Paloma G.
10 Ribas, Bianca O. Lima – Secretaria Executiva do Instituto Água e Terra. Convidados: Sra.
11 Josete de Fátima – SANEPAR e sr Tiago Bacovis– Instituto Água e Terra. Ao início da
12 reunião a Sra. Marta Luzia de Souza cumprimentou a todos e deu início à 15ª Reunião,
13 agradecendo a participação dos presentes e em especial aos convidados, informou que o
14 treinamento estava correndo bem e mencionou, no início, a cobrança pelo uso da água,
15 alinhada com a meta estabelecida. Ela comentou sobre algumas tarefas em comum e
16 ressaltou a importância do trabalho conjunto. Na última reunião, decidiram ampliar o convite
17 para dois representantes do setor de usuários. A Sanepar já participava como ouvinte e
18 convidada, e agora a CISPAP, representada por Maira Trevisan, também foi convidada a
19 colaborar. Marta falou sobre a elaboração e discussão de uma proposta, baseando-se em
20 algumas legislações de referência. Embora a equipe interna fosse pequena, com apenas
21 sete pessoas, planejava trabalhar com, no mínimo, três pessoas para agilizar o processo e
22 lidar com possíveis discordâncias. Após observou que os materiais de referência eram
23 limitados e que seria necessário auxílio externo, especialmente na análise técnica das
24 planilhas e no encaminhamento para discussão com o comitê e suas instâncias superiores.
25 Marta explicou que a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos é um instrumento

26 da política nacional, baseada em uma lei federal de 1997 e na política estadual de 1999, e
27 explicou que a lei orienta a gestão econômica dos recursos hídricos, detalhando o uso
28 preponderante e a aplicação das receitas vinculadas ao fundo estadual. Após, mencionou
29 que a legislação foi atualizada, especialmente a partir do artigo 15, que introduz novas
30 proposições para a cobrança da água, abrangendo vários setores financeiros. No final,
31 destacou que os recursos do fundo estadual podem ser utilizados para despesas
32 essenciais, mas não para finalidades não permitidas por transferências voluntárias ou
33 receitas de capital. Finalizou sugerindo a formação de uma equipe para elaborar uma
34 proposta, possivelmente baseada na experiência do comitê COALIAR, já que não havia
35 material atualizado disponível. Ela abriu para discussões, pedindo aos participantes que
36 formassem uma equipe para trabalhar nessa proposta, usando como base a legislação e
37 materiais de referência mencionados. Tiago Bacovis sugeriu que, com uma minuta inicial
38 em mãos, o grupo poderia trabalhar junto para revisar e elaborar o texto, em vez de formar
39 grupos menores. Marta, então, explicou que havia começado a montar uma proposta
40 baseada em materiais existentes, mas destacou que alguns dos dados estavam
41 desatualizados, especialmente as fórmulas usadas para cálculos, que precisariam de
42 discussão e apoio técnico. Também levantou a questão de saber se haveria um modelo
43 padronizado que o IAT criaria para todos os comitês, ou se cada comitê deveria criar sua
44 própria proposta para depois ser regularizada pelo IAT. Ela destacou a necessidade de
45 apoio jurídico para garantir que a proposta estivesse de acordo com as regulamentações e
46 expressou preocupações sobre a possível falta de padronização. Marta concordou e
47 reforçou a necessidade de organizar e esclarecer essas questões antes de avançar com a
48 proposta. Silvio mencionou que Lucineide estava na reunião, mas Bianca observou que ela
49 não estava na sala e sugeriu conversar com Alexandre e Flávio, responsáveis pela
50 cobrança do COALIAR. Silvio afirmou que já havia participado de uma reunião e estava
51 aguardando material do IAT, o qual demorava para ser enviado. Ele sugeriu cobrar por esse
52 material para avançar nas discussões. Marta mencionou que preparou um compilado da
53 minuta e que iria disponibilizar no Drive para todos revisarem e apontarem dúvidas. Durante
54 a reunião, foi apresentado um material sobre a cobrança de recursos hídricos, com base
55 no guia do representante de 2013. O grupo discutiu se esse material era atualizado e
56 adequado para a realidade local. Ficou claro que precisariam adaptar os critérios de
57 cobrança à realidade específica da bacia deles, diferente dos critérios do COALIAR. Cláudia
58 sugeriu analisar o plano de cobrança do COALIAR para entender a legislação e adaptar as
59 sugestões para a realidade local. Marta concordou que a tarefa seria árdua, mas necessária
60 para justificar as alterações propostas no cálculo da cobrança. Finalmente, o grupo decidiu

61 continuar a análise e ajustou suas tarefas para a próxima reunião. Marta finalizou a reunião
62 e agradeceu a presença e colaboração de todos.

63

64

65 De Acordo,

66

67


Marta Luzia de Souza

68

Coordenadora da CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piraponema